



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

Processo seletivo 04/2020 – Procurador Jurídico

PADRÃO DE RESPOSTA DAS DISCURSIVAS

Questão 01

Imagine a seguinte situação hipotética: Foi ajuizada ação em face do Município de Monte Belo para que o mesmo forneça determinado medicamento que não está disponível pelo SUS. A tutela de urgência foi deferida, porém, não fixou prazo para o cumprimento da decisão. Pergunta-se:

- a) Qual(is) é(são) o(s) meio(s) processual(is) de defesa que podem ser utilizados pelo Município em relação à tutela de urgência (indicar os recursos)?
- b) Na omissão do juízo em fixar o prazo para cumprimento, de qual prazo dispõe o Município?
- c) Em processos dessa natureza, quais os tipos de provas são relevantes para a defesa do Município?
- d) Em 2018, o Superior Tribunal de Justiça firmou importante entendimento acerca dos requisitos para concessão de medicamentos através de ordem judicial. Trata-se do Resp. 1657156. Cite pelo menos um dos requisitos.

Pergunta	Resposta esperada	Valor	Nota
a) Qual(is) é(são) o(s) meio(s) processual(is) de defesa que podem ser utilizados pelo Município em relação à tutela de urgência (indicar os recursos)?	Agravo de Instrumento e Suspensão de liminar	1,25	
b) Na omissão do juízo em fixar o prazo para cumprimento, de qual prazo dispõe o Município?	O prazo será de 5 dias, conforme art. 218, §3º do CPC (não é preciso indicar o dispositivo legal).	1,25	
c) Em processos dessa natureza, quais os tipos de provas são relevantes para a defesa do Município?	Documental, especialmente documentos técnicos, relatórios médicos e periciais.	1,25	
d) Em 2018, o Superior Tribunal de Justiça firmou importante entendimento acerca dos requisitos para concessão de medicamentos através de ordem judicial. Trata-se do Resp. 1657156. Cite pelo menos um dos requisitos.	1 - Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; 2 - Incapacidade financeira do paciente de arcar com o custo do medicamento prescrito; e 3 - Existência de registro do medicamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).	1,25	



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

	Ao citar pelo menos um desses já recebe o total dos pontos.		
Total		5,00	

Questão 02

Imagine a seguinte situação hipotética: João possuía um imóvel no Município de Monte Belo e desde 2014 o IPTU (imposto predial territorial urbano) não era pago. A ação de execução fiscal foi ajuizada contra ele em janeiro de 2017. Em março de 2020, Pedro procurou a Divisão de Tributação e informou que adquiriu o referido imóvel de João em maio de 2018. Pedro requereu o reconhecimento da prescrição dos valores dos anos de 2014 e 2015, além de requerer que os valores anteriores à aquisição do imóvel sejam cobrados de João. Pergunta-se:

- Pedro tem razão em requerer a prescrição dos débitos relativos aos exercícios de 2014 e 2015?
- O pedido de Pedro no sentido de que os valores de IPTU anteriores à aquisição do imóvel sejam cobrados de João deve ser procedente?
- A Fazenda Municipal poderá alterar a CDA (Certidão de Dívida Ativa) para substituir o polo passivo de João por Pedro?
- Cite duas formas pelas quais o débito tributário pode ser extinto.

Pergunta	Resposta esperada	Valor	Nota
a) Pedro tem razão em requerer a prescrição dos débitos relativos aos exercícios de 2014 e 2015?	R: Não, uma vez que a ação foi ajuizada em janeiro de 2017, interrompendo a prescrição.	1,25	
b) O pedido de Pedro no sentido de que os valores de IPTU anteriores à aquisição do imóvel sejam cobrados de João deve ser procedente?	R: Não. O candidato deve explicar, de forma objetiva, que o IPTU constitui ônus real e acompanha o imóvel em todas as suas mutações de domínio (art. 197 do CTM e 130 do CTN). Portanto, se na época da aquisição, Pedro não exigiu de João o comprovante de quitação dos débitos anteriores, Pedro deverá arcar com todos os débitos.	1,25	
c) A Fazenda Municipal poderá alterar a CDA (Certidão de Dívida Ativa) para substituir o polo passivo de João por Pedro?	R: Não. Súmula 392 do STJ: “A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução”.	1,25	
d) Cite duas formas pelas quais o débito tributário pode ser extinto.	R: CTN, art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; II - a compensação; III - a transação; IV - remissão; V - a prescrição e a decadência; VI - a conversão de	1,25	



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

	depósito em renda; VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º; VIII - a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 164; IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; X - a decisão judicial passada em julgado. Citando dois dos incisos acima, o candidato recebe a totalidade dos pontos desse item.		
Total		5,00	

Questão 03

Considere a seguinte situação hipotética: O Município precisa adquirir material de expediente (ex: papel sulfite, envelopes, canetas, cliques, pastas etc.). O valor total da licitação será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) Para tanto, realizará procedimento licitatório. Diante dessa necessidade, pergunta-se:

- Qual a modalidade de licitação mais adequada para esse tipo de compra? Por quê?
- Na modalidade de licitação indicada, qual é o prazo mínimo entre a publicação do edital e a apresentação das propostas?
- Quais os dois documentos do procedimento de licitação devem ser analisados pela Procuradoria Geral do Município, segundo a Lei 8.666/93?
- Por que é necessário que o Poder Público adote, como regra, o procedimento licitatório para compras?

Pergunta	Resposta esperada	Valor	Nota
a) Qual a modalidade de licitação adequada para esse tipo de compra? Por quê?	R: A modalidade adequada é o pregão, já que trata-se de bens comuns.	1,25	
b) Na modalidade de licitação adequada, qual é o prazo mínimo entre a publicação do edital e a apresentação das propostas?	R: O prazo é de no mínimo 08 (oito) dias úteis, conforme art. 4º, inciso V, da Lei 10.520/02.	1,25	
c) Quais os dois documentos do procedimento de licitação devem ser analisados pela Procuradoria Geral do Município, segundo a Lei 8.666/93?	R: edital e contrato, conforme art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93.	1,25	
d) Por que é necessário que o Poder Público adote, como regra, o procedimento licitatório para compras?	R: O candidato deve demonstrar conhecimentos sobre os princípios administrativos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade	1,25	



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

	administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Além de mencionar que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Art. 3º da Lei 8.666/93.		
Total		5,00	